

Governo quer zerar dívida de títulos atrelada à Selic

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

O governo federal pretende zerar a dívida em títulos do país atrelada à taxa básica de juros (Selic) no longo prazo. Desde outubro do ano passado, essa parcela da dívida, que ainda é considerada elevada, segue uma trajetória de queda. Ela correspondia a 56,41% em outubro de 2005 e, em fevereiro, caiu para 47,2% — esses percentuais não consideram as operações de swap cambial feitas pela equipe econômica. Em 2004, período em que o país enfrentava uma crise de confiança, a dívida atrelada à Selic — Letras Financeiras do Tesouro (LFT) — representou mais que 60% da dívida mobiliária total.

Durante a divulgação do Relatório Anual da Dívida Pública de 2005, o secretário-adjunto do Tesouro, José Antônio Gragnani, disse que o ritmo de redução dessa parcela da dívida será mais forte quando atingir a marca dos 20%. A partir desse percentual,

segundo ele, ficará mais fácil zerar a dívida corrigida pela Selic porque haverá uma ruptura da cultura do CDI. Os investidores passarão a buscar com mais frequência papéis vinculados a outros indicadores como, por exemplo, à inflação. “Acho que com o tempo a gente vai reduzir mais ainda. Quando a dívida atrelada à Selic tiver uma participação de 20% na dívida total, haverá desinteresse pelos papéis corrigidos pela Selic”, acredita Gragnani.

Ontem, ele antecipou que, em março, essa parcela da dívida será de 45%. Se o número for confirmado, será o menor patamar desde dezembro de 1999. Essa redução é importante para a administração da dívida pelo governo por dar mais previsibilidade no pagamento. O economista-chefe do banco West LB, Adauto Lima, explicou que a dívida em títulos corrigida pela Selic é elevada porque o investidor tem medo de calote. “O perfil do investimento no Brasil carrega a preocupação do calote dos anos 80. Isso diminui o ho-



GRAGNANI: RITMO DE REDUÇÃO SERÁ MAIS FORTE QUANDO ATINGIR OS 20%

rizonte para as pessoas que pouparam”, afirmou o economista. Com a estabilidade econômica, a tendência é de que ocorra um alongamento da dívida brasileira e uma procura maior de títulos corrigidos por outros indicadores.

Gragnani informou ainda que o governo brasileiro deve fazer novas captações externas de tí-

tulos em euros. O Tesouro Nacional pretende listar mais títulos no EuroMTS — uma plataforma eletrônica que lista títulos soberanos de oito países que não pertencem à União Europeia. Hoje, o Brasil tem dois títulos nesse sistema, o Euro 2011 e o Euro 2012. Neste ano, deve emitir mais dois papéis.